

Corte no Saúde da Família

SAMANTA SALLUM E
ÉRICA MONTENEGRO

DA EQUIPE DO CORREIO

OTribunal de Contas da União (TCU) determinou ao Ministério da Saúde a suspensão do repasse de recursos para o programa Saúde da Família, do Governo do Distrito Federal (GDF). A decisão foi tomada pelos ministros durante sessão na noite de quarta-feira. O Tribunal concluiu que há irregularidades no contrato entre o Instituto Candango de Solidariedade (ICS) e a Secretaria de Saúde. O relator do processo, ministro Walton Alencar Rodrigues, destacou no seu voto que o "contrato deixou de observar o princípio constitucional do concurso público, o que viola a moralidade administrativa".

Cerca de 1,5 mil profissionais foram contratados pelo Instituto

Candango para trabalhar no programa Saúde da Família. Tais contratos foram considerados nulos pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) na sexta-feira passada. De acordo com a decisão judicial, os funcionários terão de ser demitidos. Esse é o mesmo entendimento do TCU.

Na decisão, o ministro-relator também aponta que o Instituto Candango não tem qualificação jurídica e nem especialização técnica para firmar parceria com a Secretaria de Saúde e gerir o programa Saúde da Família. "Em face da gravidade do quadro, da patente ilegalidade do contrato, afigura-se necessária determinar ao Ministério da Saúde a suspensão cautelar de qualquer repasse para o programa até que esteja de acordo aos princípios constitucionais".

O Programa Saúde da Família conta com 135 equipes que aten-

dem 300 mil brasilienses em suas casas. A maior parte dos recursos aplicados nele vem dos cofres do GDF. Por ano, são gastos R\$ 30 milhões. O Ministério da Saúde repassa R\$ 3 milhões, segundo a Secretaria de Saúde do DF. Antes mesmo da determinação do TCU, o GDF já tinha decidido acabar com o Saúde da Família. Está previsto para setembro o lançamento de outro programa: o Família Saudável.

Novo contrato

O GDF informou que vai romper o contrato com o Instituto Candango de Solidariedade. "Os contratos do ICS ainda não foram rescindidos porque não queremos a descontinuidade dos serviços", afirmou o porta-voz do governo, Paulo Fona. "O GDF não conhece oficialmente o teor da decisão do TCU, por isso vai aguardar a comunicação para tomar as provi-

dências cabíveis", explicou.

O novo programa, o Família Saudável, porém, está ameaçado de não sair do papel. Segundo o Ministério Público, o GDF está insistindo na mesma irregularidade que é motivo do fim do Saúde da Família: a burla do concurso público na contratação de funcionários. Para formar as equipes de novo programa, a Secretaria de Saúde decidiu contratar a Fundação Zerbini, sediada em São Paulo, que já presta o mesmo serviço para a prefeitura da capital paulista, administrada por Marta Suplicy (PT).

O contrato com a Fundação Zerbini, porém, previsto para ser assinado nos próximos dias, foi denunciado pelo Ministério Público. Cinco procuradores e dois promotores de Justiça enviaram notificação à Fundação Zerbini, na sexta-feira passada, para que a entidade não assine o contrato com o GDF.